conexão
DOI: 10.5212/Rev.Conexao.v22.27306.057

PROCESSOS PARTICIPATIVOS EM ARQUITETURA E URBANISMO PARA RESSIGNIFICAR O BAIRRO: A EXPERIÊNCIA DO PAEX NA FCT/UNESP

PARTICIPATORY PROCESSES IN ARCHITECTURE AND URBAN PLANNING TO REFRAME THE NEIGHBORHOOD: THE PAEX EXPERIENCE AT FCT/UNESP

Submissão:
20/09/2026
Aceite:
18/11/2026

Arlete Maria Francisco [1] https://orcid.org/0000-0002-7769-4309
Mariana Cicuto Barros [2] https://orcid.org/0000-0002-1798-7679
Solange Moura Lima de Aragão [3] https://orcid.org/0000-0002-3605-8314
Thamine de Almeida Ayoub Ayoub [4] https://orcid.org/0000-0002-3036-7589

Resumo

Este artigo apresenta a experiência do Projeto Articulado de Extensão Universitária (PAEX): Ressignificando seu bairro: planejamento urbano e ação comunitária do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/Unesp). Essa extensão possibilitou a troca dialógica entre estudantes e moradores de um bairro em condições de vulnerabilidade de Presidente Prudente (SP) para elaboração de um Plano de Bairro, a partir de oficinas, cartografias sociais e história oral, visando compreender as dinâmicas socioterritoriais. O objetivo aqui é descrever as atividades e discutir os desafios da curricularização da extensão para o planejamento de base comunitária. Primeiramente, discute-se o bairro como lócus da participação social no planejamento urbano, para então apresentar os resultados do projeto. A experiência proporcionou, aos estudantes, formação pautada na prática e, aos moradores, espaço para a ação política, demonstrando os potenciais da extensão como ferramenta de transformação social e acadêmica.

Palavras-chave: Plano de Bairro; Participação Popular; Curricularização da Extensão; Presidente Prudente.

[1] Professora da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente - FCT/UNESP *arlete.francisco@unesp.br*
[2] Professora da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente - FCT/UNESP *mariana.cicuto@unesp.br*
[3] Professora da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente - FCT/UNESP *solange.aragao@unesp.br*
[4] Professora da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente - FCT/UNESP *thamine.ayoub@unesp.br*

Abstract

This article presents the experience of the Articulated University Extension Project (PAEX) entitled *Reframing Your Neighborhood: Urban Planning and Community Action*, developed by the Architecture and Urbanism Program at the Faculty of Science and Technology of São Paulo State University (FCT/Unesp). It fostered a dialogical exchange between students and residents of a socially vulnerable neighborhood in Presidente Prudente, São Paulo, Brazil in order to support the development of a Neighborhood Plan through workshops, social mapping, and oral history, with the aim of understanding socio-territorial dynamics. The objective was to describe the activities undertaken and discuss the challenges of integrating university extension into the curriculum for community-based planning. The article discusses the neighborhood as a space for social participation in urban planning and then presents the results of the project. The experience provided the students with practice-based education and residents with a space for political action, demonstrating the potential of university extension as a means of social and academic transformation.

Keywords: Neighborhood Plan; Popular Participation; Curricular Integration of University Extension; Presidente Prudente.

Introdução

O processo de urbanização das grandes e médias cidades brasileiras é marcado pelo jogo dialético entre as produções de riqueza e de pobreza no mesmo território, dado o modelo socioeconômico assumido pela sociedade e seus reflexos na produção do seu espaço urbano (Santos, 2008). A crise urbana decorrente desse processo se caracteriza por diversos problemas com diferentes graus de complexidade, como exclusão e fragmentação socioespacial, violência urbana, degradação ambiental e más condições de moradia, de transporte e de atendimento à educação, à saúde, à cultura e ao lazer (Maricato, 2011).

Dados da Fundação João Pinheiro de 2023 estimam que 16.165.707 domicílios em todo o país têm algum tipo de inadequação habitacional. Essa inadequação é definida a partir de três componentes: inadequação da infraestrutura urbana, inadequação edilícia e inadequação fundiária. Quando as informações desses componentes – e subcomponentes – são cruzadas com a faixa de renda domiciliar, o sexo e a cor/raça do responsável pelo domicílio, verifica-se a persistência da inadequação habitacional nos segmentos de menor renda – até três salários-mínimos –, em domicílios que possuem uma mulher como responsável e os responsáveis são pardos e/ou pretos (Fundação, 2025). Essas inadequações habitacionais são acompanhadas de outros problemas urbanos, caracterizando os territórios vulneráveis.

Esse contexto atual das cidades brasileiras impõe grandes desafios para o seu planejamento urbano e para a formulação das políticas públicas, tornando urgente o debate sobre a função social do

arquiteto e urbanista e sobre um ensino voltado para o atendimento das demandas reais das cidades. De forma geral, o modelo de planejamento urbano praticado no país pode ser caracterizado como "de cima para baixo", não sendo capaz de incorporar os conflitos inerentes à sociedade e as disputas entre seus diferentes agentes (Maricato, 2011).

Diante disso, muitas vezes, as soluções dos problemas urbanos fracassam, entre outras razões, por um processo de formulação que não é compartilhado com a sociedade. Assim, faz-se necessário reconhecer e fortalecer o planejamento em nível local como instrumento estratégico capaz de promover transformações significativas, buscando soluções que respeitem as especificidades locais (econômicas, sociais e ambientais) e que envolvam a participação da sociedade, dos agentes públicos e das universidades.

Nas cidades, o bairro constitui uma unidade promissora de planejamento local e gestão urbana, pois corresponde à "escala urbana intermediária", ou seja, à escala situada entre a das edificações e a das regiões urbanizadas, capaz de colocar o cidadão no centro do debate, como defende Campos Filho (2010). Desse modo, os planos de bairro permitem tratar de questões urgentes e concretas do território – como infraestrutura, habitação, mobilidade, áreas verdes e equipamentos públicos comunitários – a partir da escuta ativa e do protagonismo dos atores locais.

Do ponto de vista do ensino, essas questões impõem a necessidade de que os estudantes estejam em constante contato com os territórios, por meio da experimentação corpórea e do diálogo com moradores. Essa é uma dimensão do ensino de arquitetura e urbanismo que se alinha aos objetivos da curricularização da extensão universitária. O reconhecimento dos processos de territorialização que resultam desse contato leva a uma segunda dimensão intrínseca ao ensino de arquitetura e urbanismo: a articulação entre as diferentes disciplinas para uma abordagem multiescalar capaz de iluminar a intersecção entre as áreas envolvidas no debate sobre a produção do espaço urbano.

A partir dessas questões e das demandas da curricularização da extensão decorrentes das normativas (Brasil, 2014; Brasil, 2018), foi criado o Projeto Articulado de Extensão Universitária (PAEX) "Ressignificando seu bairro: planejamento urbano e ação comunitária" como um dos componentes da extensão universitária do Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo (Unesp, 2022), da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, da Universidade Estadual Paulista (FCT/Unesp).

O PAEX é um componente curricular institucionalizado pela Unesp e se caracteriza como "um tipo especial de projeto que poderá ser realizado nos cursos de Graduação para atuação de turma(s) de estudantes, vinculado à área de formação profissional e envolvendo interdisciplinaridade, equipe de professores de diferentes disciplinas e diversidade de ações, dentre outras características dos projetos de extensão universitária, de acordo com a legislação vigente" (Unesp, 2021, Art. 6º, §3º). Deve ser organizado para a atuação da coletividade de estudantes de graduação, estar centrado em um problema social e possibilitar a sua discussão crítica e contextualizada.

O problema social abordado nesse PAEX é a formação de territórios vulneráveis e a dificuldade de o planejamento urbano enfrentar os seus problemas específicos. O Projeto envolve quatro disciplinas do 3º ano do curso que se desenvolvem de maneira interdisciplinar: Planejamento Urbano, Projeto de Arquitetura IV, Projeto de Urbanismo I e Arquitetura da Paisagem II (Quadro 1). O principal objetivo do PAEX é possibilitar a troca dialógica entre estudantes do curso e os moradores e moradoras de um bairro de Presidente Prudente em condições de vulnerabilidade, oferecendo aos primeiros a oportunidade de se aproximarem da realidade das estruturas socioambientais do bairro e

de compreenderem a importância do papel social do arquiteto e urbanista e, aos moradores, a oportunidade de compreenderem o valor do exercício da cidadania no processo de planejamento urbano.

Quadro 1 - Articulação do PAEX às Disciplinas /

Projeto (Carga Horária)	Seriação	Disciplinas envolvidas (Carga Horária)
Projeto Articulado de Extensão universitária - Ressignificando seu bairro: planejamento urbano e ação comunitária (120h)	1º sem./3º ano	Planejamento Urbano (60h)
	2º sem./3º ano	Projeto de Arquitetura IV (60h)
		Projeto de Urbanismo I (60h)
		Arquitetura da Paisagem II (60h)

Fonte: Unesp (2022), editado pelas autoras

Entre os objetivos específicos, pode-se citar o levantamento de dados para o desenvolvimento do Plano de Bairro, que inclui um plano de ações e projetos específicos de Arquitetura, de Urbanismo e de Arquitetura da Paisagem, desenvolvidos nas disciplinas que se articulam ao PAEX, necessários ao exercício das competências profissionais.

Essa proposta se justifica pelo compromisso do Curso de Arquitetura e Urbanismo em formar profissionais que possam atuar na transformação dos mais diversos territórios, tendo como base a produção do conhecimento científico, com ética e responsabilidade social, procurando compartilhar esses saberes com a sociedade (Unesp, 2022). A proposta está inserida no tema da Assistência Técnica Habitacional de Interesse Social (ATHIS), instituída pela Lei n. 11.888 (Brasil, 2008), e alinhada ao ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis, que visa tornar os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis até 2030 (Nações Unidas Brasil, 2015).

Este artigo apresenta as atividades desenvolvidas nesta que é a primeira experiência do PAEX, em 2025, e discute os desafios da curricularização da extensão para o planejamento de base comunitária[1].

Metodologia

Para o desenvolvimento das atividades, foi escolhida uma área de Presidente Prudente, cidade de porte médio, com cerca de 225.000 habitantes (Instituto, 2022), localizada no Oeste Paulista. Apesar de bastante recente, considerando sua fundação em 1917, a cidade apresenta uma clara fragmentação socioespacial, caracterizada, de um lado, pela concentração de condomínios fechados ao sul da Rodovia Raposo Tavares (apartados da cidade e cercados por muros) e, de outro, pelos bairros ocupados por população com padrões socioeconômicos modestos, nas periferias a leste e no arco norte-sul (Sposito; Goes, 2013).

A área selecionada compreende cinco loteamentos situados na zona norte do município: Jardim Guanabara (1964), Jardim Angélica (1966), Vila Operária (1966), Jardim São Francisco (196-) e Vale das Parreiras (1979). É uma área de aproximadamente 50 ha situada entre a linha férrea, a estrada municipal Montalvão e a reserva ecológica Parque do Furquim. Embora adjacente à malha urbana consolidada, é fragmentada e apresenta alto índice de exclusão social (Guimarães; Melazzo, 2012). De acordo com os dados disponibilizados pela Estratégia Saúde da Família – ESF Guanabara, a área

[1] A implantação do Projeto Pedagógico reestruturado com a curricularização da extensão teve início em 2023.

apresenta 1757 moradias e cerca de 3337 pessoas. Ao longo do trabalho, a área é referida simplesmente como bairro.

O PAEX se desenvolveu em três etapas. A primeira, de caráter preparatório, ocorreu em novembro de 2024 e definiu parcerias estratégicas com representantes do bairro, no Centro Social São Martinho, e agentes institucionais, incluindo o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Nochete, a direção da Escola Municipal Domingos Ferreira de Medeiros e a Secretaria Municipal de Educação. Esse contato inicial buscou pactuar a proposta de participação comunitária e garantir a legitimidade das propostas de intervenção.

Na segunda etapa, que se desenvolveu durante o 1º semestre letivo de 2025, o PAEX envolveu estudos territoriais e oficinas com moradores para a troca dialógica sobre a realidade do bairro e para a construção coletiva de diretrizes urbanas que comporiam o plano de ação (diretrizes gerais) desenvolvido na disciplina de Planejamento Urbano, sob a orientação de duas professoras. Para a realização das oficinas, foram definidos três grupos de moradores: dois compostos por crianças entre 5 e 7 anos do Projeto Cidadescola[2], desenvolvido no contraturno escolar, com 14 crianças em cada grupo, e um formado por mulheres que frequentam o Centro Social, com cerca de 15 participantes. O número de mulheres variou entre as oficinas.

Os 33 estudantes de arquitetura foram organizados em três equipes de 11 integrantes, cada uma assumindo a responsabilidade pelo acompanhamento de um daqueles grupos. Nessa etapa, foram realizados cinco encontros com as crianças e com as mulheres. Para o desenvolvimento do exercício projetual na disciplina Planejamento Urbano, os estudantes se dividiram em nove equipes de 3 a 4 componentes, com arranjo diferente do anterior.

A promoção de espaços de diálogo estruturados ocorreu em duas frentes metodológicas: a aplicação de entrevistas semiestruturadas e a elaboração de cartografias sociais. Enquanto as entrevistas permitiram um fluxo livre de informações sobre as dinâmicas do bairro – equilibrando perguntas objetivas com a liberdade de discurso dos moradores (Boni; Quaresma, 2005) –, a cartografia social e afetiva serviu como ferramenta técnica para mapear o território sob a ótica dos saberes e percepções de quem o vivencia (Acselrad, 2013).

Na terceira etapa, desenvolvida no 2º semestre letivo, foram realizadas três oficinas com as crianças e com as mulheres para discussão sobre os projetos específicos desenvolvidos nas disciplinas de Projeto de Arquitetura, Projeto de Urbanismo e Arquitetura da Paisagem, sob a orientação das professoras responsáveis. Houve também uma atividade de internacionalização com a Universidad Anáhuac Puebla do México, mais especificamente com os alunos do curso de Arquitetura da Paisagem sob orientação da Profa. Dra. Astrid Helena Petzold Rodríguez, para troca de experiências.

Durante os diálogos, destacaram-se o resgate de diversas histórias sobre o bairro e a preocupação com a perda da memória devido ao envelhecimento e ao falecimento dos moradores mais antigos. Esses apontamentos revelaram que, para o grupo de interlocutores envolvidos nas atividades, relembrar histórias de lutas coletivas, casos curiosos e divertidos que ocorreram ao longo dos anos nos bairros era mais estimulante que o desenvolvimento de projetos que, a princípio, não seriam executados.

Assim, em consonância com o compromisso ético com uma extensão universitária que busca a transformação da universidade na mesma medida da transformação do território (Freire, 1983; Gadotti, 2017), ouvir e registrar a memória oral dos moradores dos bairros passou a compor o conjunto

[2] Todos os alunos do Projeto Cidadescola têm Autorização de Uso de Imagem e Voz de Menor de Idade assinada pelos seus responsáveis.

de atividades previstas para o PAEX. Desse modo, como desdobramento do processo participativo, o projeto de extensão incorporou a produção de História Oral e o projeto e a execução de uma exposição pública, voltados à valorização das memórias locais e à ressignificação de um bairro historicamente estigmatizado.

A História Oral valoriza narrativas plurais, análise e atuação críticas, bem como um diálogo comprometido e centrado no ato de ouvir, ou seja, comprometido com a ética da escuta (Rovai, 2015). Desse modo, foi realizado um curso de capacitação dos estudantes do PAEX com professora especialista na metodologia da História Oral, buscando prepará-los para a formulação de questões para as entrevistas, para uma escuta ativa e sensível (Rovai, 2015; Souza; Lima, 2022) e para os procedimentos das gravações[3] e transcrições das entrevistas.

O trabalho se divide em duas partes, sendo a primeira uma discussão sobre o tema do plano de bairro participativo como possibilidade de inserir o cidadão no processo de planejamento urbano e sobre o potencial da extensão no curso de arquitetura e urbanismo. A segunda apresenta as atividades desenvolvidas no PAEX e os materiais produzidos.

O bairro como lócus do exercício de participação do planejamento da cidade

A cidade é – respeitando a sua polissemia – um artefato, uma obra aberta em constante mutação, decorrente do trabalho humano. As transformações socioespaciais e da paisagem urbana são parte de processos mais amplos inseridos no contexto atual de financeirização e de lutas urbanas da sociedade e de movimentos sociais (Brenner, 2018). Essas transformações constituem um importante campo crítico de discussão sobre as complexas relações entre agentes e modelagens na configuração do espaço urbano (Corrêa, 2004; Harvey, 2014).

Dessa perspectiva, é necessário tratar os problemas do ponto de vista conceitual e prático com abordagens multiescalares (Brenner, 2018). Cada uma dessas escalas revela dinâmicas específicas de produção, apropriação e análise do território, ao mesmo tempo em que se articula com as demais de forma interdependente. Processos econômicos globais, políticas públicas nacionais e estratégias de planejamento regional influenciam diretamente a organização das cidades, enquanto as manifestações concretas dessas dinâmicas se materializam no cotidiano dos bairros, onde as desigualdades socioespaciais se tornam mais evidentes e sensíveis. Nesse sentido, compreender os problemas urbanos exige a articulação entre essas diferentes escalas de análise, permitindo identificar tanto os condicionantes estruturais quanto as formas específicas de expressão das desigualdades no território.

No contexto das cidades brasileiras, essa perspectiva evidencia também os processos de fragmentação urbana, que envolvem múltiplas dimensões que se articulam no espaço urbano (Sposito, 2013). Por um lado, observa-se a dimensão dos componentes espaciais, como a desconexão física entre porções da cidade e a presença de descontinuidades morfológicas no tecido urbano; por outro lado, observam-se as dimensões sociais, expressas em processos de retração comunitária e na consolidação de práticas e lógicas de uso do espaço marcadas pela exclusividade. Soma-se a isso uma dimensão política, caracterizada pela dispersão de atores e pela crescente autonomização de dispositivos de gestão e regulação urbana, que tendem a produzir formas diferenciadas de governança e de acesso aos recursos urbanos.

No caso dos cinco loteamentos abrangidos pelo Plano de Bairro, sua inserção na estrutura ur-

[3] Todas as entrevistas foram realizadas mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

bana de Presidente Prudente evidencia questões relacionadas à localização periférica em relação ao centro da cidade e à fragmentação territorial, como colocado anteriormente. Ao mesmo tempo, as vias principais estabelecem conexões com outras partes do município, ainda que essa acessibilidade não elimine as barreiras à integração territorial. A análise desses loteamentos evidencia a predominância do uso residencial – as famílias residentes encontram-se em condições socioeconômicas de maior vulnerabilidade –, a ausência de áreas de lazer e de cultura e os problemas ambientais e de regularização fundiária.

A aproximação da análise cartográfica e histórica dos loteamentos indica que algumas áreas verdes e espaços livres estão presentes, mas sua existência não garante sua efetiva utilização, especialmente quando a topografia acidentada limita o acesso. Da mesma forma, a localização de UBS, UPA, CRAS e escolas deve ser confrontada com os percursos cotidianos, as necessidades dos diferentes grupos populacionais e o perfil populacional identificado, composto majoritariamente por adultos de 25 a 59 anos, com presença significativa de crianças, jovens e idosos.

Nesse cenário, a escala de bairro adquire uma importante dimensão analítica e operativa, como um espaço para a identificação das situações reais da população e para a construção de estratégias de intervenção mais sensíveis às especificidades locais. O bairro é a escala da percepção dos sentidos, compatível com a dimensão do corpo; é a escala do reconhecimento das identidades, do sentimento de pertencimento e, assim, a mais propícia à participação social no planejamento urbano, pois define territorialmente a base social de um possível ativismo e de uma organização social (Barros, 2004, Campos Filho, 2010).

No planejamento urbano, as decisões são políticas e, de acordo com Santos (1988, p. 51), "[…] Só pode haver jogo limpo quando cada um souber o que são suas cartas, o quanto valem e tiver domínio sobre as próprias jogadas. Só assim os agentes se verão envolvidos, terão o desejo de participar e prazer de se sentirem responsáveis". A participação dos moradores é uma maneira de fortalecer a organização popular na elaboração das propostas no plano local, para ganhar força na escala do Plano Diretor da cidade.

Nas últimas décadas, o planejamento urbano no Brasil – inclusive na escala de bairros – vem se revelando cada vez mais complexo, demandando articulação entre governo, sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa. As funções da universidade pública (ensino, pesquisa e extensão) têm sido reinterpretadas, com ênfase crescente na extensão universitária como modo de atuação em interface com a sociedade, sobretudo em territórios urbanos vulneráveis ou em transformação (Brasil, 2014).

A participação da universidade na elaboração de planos de bairro configura-se como uma estratégia relevante no campo do planejamento urbano participativo e da gestão democrática da cidade, ao promover a articulação entre produção acadêmica, conhecimento técnico e saberes locais, possibilitando a elaboração coletiva de diagnósticos e propostas para o território, a partir de uma abordagem interdisciplinar e socialmente comprometida. Nesse sentido, o diagnóstico do bairro exige a articulação de cartografia, análise histórica, indicadores demográficos e levantamentos de campo com a escuta dos moradores, reconhecendo as particularidades locais e as contradições entre a urbanização existente e as condições concretas de uso e apropriação do território.

Nesse contexto, a atuação universitária aproxima-se dos princípios da assistência técnica em habitação de interesse social (ATHIS). A universidade, por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão, pode desempenhar um papel estratégico nesse campo, contribuindo para a produção de dados primários sobre o território por meio de levantamentos territoriais, pesquisas de campo, mapeamentos

participativos e processos de escuta qualificada das demandas da população, resultando em informações muitas vezes inexistentes ou desatualizadas em bases institucionais.

A construção participativa do plano de bairro, nesse sentido, ultrapassa a dimensão estritamente técnica, constituindo-se também como um instrumento político e pedagógico. O documento produzido coletivamente pode fortalecer as reivindicações da comunidade junto ao poder público, funcionando como ferramenta de incidência nas políticas urbanas e de defesa do direito à cidade. Ao mesmo tempo, esse processo contribui para a formação de sujeitos políticos, estimulando o desenvolvimento de uma consciência crítica acerca das dinâmicas socioespaciais que estruturam o território e das desigualdades que marcam a produção do espaço urbano (Campos Filho, 2010). De acordo com Lefebvre (2001), o direito à cidade é também o direito de participar dos seus desígnios e "[...] só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada" e "[...] só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social dessa realização" (p. 117-118).

Em que pese a importância do processo participativo, especialmente quando integrado às disciplinas de graduação – efetiva contribuição da curricularização da extensão –, este está embasado em referências teóricas e práticas de processos participativos que ainda não conseguiram romper completamente com o caráter autoritário e higienista do movimento moderno e correm o risco de operar ferramentas de controle social pelo "prazer participativo transitório" (Arantes, 2000, p.23) e, por isso, requer constante atenção e escuta atenta ao que emerge nos trabalhos de campo.

Um olhar crítico sobre esses processos revela que a normatização do espaço urbano ainda impera nos processos de reconhecimento da cidade e do território que vêm contaminados pela seletividade das informações contidas em mapas e documentos oficiais. Ocorre que os métodos e ferramentas de levantamento de campo e análise dos espaços urbanos, consagrados pelo movimento pós-moderno iniciado por volta da década de 1960, embora considerem a presença das pessoas (consideradas nessas metodologias como "usuários") e haja a preocupação com a forma como os espaços são percebidos e utilizados, foram elaborados com bases normatizantes e higienistas que idealizaram as cidades tendo como referência as cidades europeias (Arantes, 2000).

Resultados e Discussões

Neste tópico são descritas as atividades desenvolvidas durante o PAEX, como as oficinas comunitárias, e os produtos, tais como o plano de bairro com os projetos específicos e a exposição, a partir dos quais são discutidos os potenciais e os desafios da extensão universitária.

Oficinas Comunitárias

Foram realizadas oito oficinas com as crianças e com os adultos, sendo cinco no primeiro semestre e três no segundo. Reforçou-se o convite à construção coletiva junto a esses grupos, enfatizando a importância do exercício da cidadania e da participação ativa no planejamento dos espaços cotidianos. As reuniões abordaram temas como o reconhecimento dos elementos urbanos do bairro, a mobilidade urbana, a preservação e o uso de áreas verdes e de lazer, os equipamentos públicos comunitários e a qualidade da infraestrutura urbana existente. As crianças foram convidadas a desenhar suas casas e a refletir sobre o que faltava no bairro e sobre os equipamentos públicos existentes (Figura 1).

Figura 1 - Fotos das oficinas: Minha cidade e Meu bairro



Fonte: Acervo PAEX (2025)

Houve ainda uma atividade em que se trabalhou a questão das diferentes escalas (casa/rua/bairro) e outra em que as crianças, acompanhadas pela professora responsável, realizaram um percurso pelo bairro da escola (Figura 2).

Figura 2 – Fotos do percurso: memórias e texturas da ferrovia



Fonte: Acervo PAEX (2025)

Outras oficinas despertaram a percepção e a memória das crianças a respeito dos espaços livres públicos, especialmente ruas e praças, com um novo percurso ao longo da antiga linha férrea. Na oficina Plano de Bairro, foi explicado de forma simplificada o que é um plano de bairro e como os moradores podem participar de sua construção. As crianças foram estimuladas a discutir as coisas boas do bairro e aquilo de que sentiam falta. Sobre um mapa, colaram os desenhos representativos de suas propostas (Figura 3).

Figura 3 - Fotos da oficina Plano de Bairro



Fonte: Acervo PAEX (2025)

Nessa cartografia, inseriram os equipamentos comunitários existentes, o que suscitou uma discussão sobre a importância de ter escola, posto de saúde e creche perto de casa. Falaram que usam o parquinho e gostam dele, mas que poderia haver outros. Sugeriram ter mais árvores e lixeiras no bairro, pois há muito descarte de lixo nas ruas. Relataram que as calçadas são estreitas e de "difícil uso" e que, por isso, precisam andar pela rua. Esse relato levou os estudantes a discutirem sobre o desenho da "calçada ideal" com as crianças.

Nas atividades realizadas com as mulheres do bairro, discutiu-se quais eram os problemas existentes e elaborou-se uma cartografia social (Figura 4). Também foi realizado um percurso conjunto com essas mulheres e os estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo para uma troca entre saberes, a partir do qual foi possível observar o quanto elas têm conhecimento sobre os problemas do bairro.

Os problemas apontados pelas mulheres podem ser resumidos nos seguintes pontos: descarte inadequado de lixo e entulhos; presença de áreas com muito mato alto; insegurança ao transitar pela área, sobretudo à noite; falta de iluminação na quadra e dificuldade de locomoção dentro do bairro devido à precariedade das condições de acessibilidade das calçadas. Além desses problemas específicos, expuseram o estigma e o preconceito por parte de pessoas de fora do bairro e a sensação de abandono por parte da prefeitura devido à ausência de resultados mesmo após reivindicações, o que gera a descrença dos moradores em relação às mudanças.

Figura 4 - Fotos das oficinas realizadas com adultos e a produção de cartografia



Fonte: Acervo PAEX (2025)

Como propostas efetivas, sugeriram as seguintes medidas: primeiramente, a realização de uma limpeza geral no bairro; a implantação de um ecoponto ou ponto de coleta de resíduos; ações de conscientização e reeducação da população local; a criação de um espaço destinado à caminhada; intervenções estruturais na área do escadão que cruza a linha férrea e dá acesso ao bairro vizinho e a produção de áreas verdes de convivência e lazer como alternativa para áreas subutilizadas do bairro.

No 2º semestre, nas oficinas com os adultos, foi trabalhada a História Oral para registro das memórias e para a construção de um acervo coletivo para o Centro Social. Foram realizados dois encontros no Centro Social a partir da divulgação pelas redes sociais da instituição e por um grupo de WhatsApp criado pelos moradores para articular possíveis interlocutores para as entrevistas e coletar fotos antigas e informações.

Os principais tópicos abordados nas entrevistas, que também eram abertas para assuntos de interesse dos entrevistados, foram os seguintes: a história de vida e a época em que chegaram ao bairro; aquilo de que se lembravam sobre a construção do bairro; as relações com vizinhos; acontecimentos marcantes; relatos de memórias nos espaços públicos. O acervo foi composto, desse modo, por 13 entrevistas de História Oral e suas respectivas transcrições. Os resultados foram apresentados na exposição pública, descrita a seguir.

O Plano e os projetos para o Bairro

A partir das oficinas comunitárias, o PAEX gerou três resultados principais: o Plano de Bairro, com diretrizes gerais de planejamento urbano (plano de ações), caderno de mobilidade urbana e quatro propostas de parques, e uma exposição chamada “Memórias da Vila”, vinculados às disciplinas Planejamento Urbano, Arquitetura da Paisagem e Projeto de Arquitetura, respectivamente.

O Plano de ações para o Bairro definiu diretrizes gerais para os temas Meio Ambiente, Infraestrutura, Habitação, Espaços livres de lazer, Mobilidade urbana e Equipamentos Públicos Comunitários, os quais foram organizados em um quadro em que, para cada tema, foram delineados os

problemas, as diretrizes propostas, os seus objetivos, as ações estratégicas e os atores envolvidos, respondendo às perguntas: o que fazer, por que, onde, como e quem executaria as ações.

Uma proposta completa foi entregue à comunidade por meio de dois cadernos, um de diagnóstico e outro do Plano de ações para o Bairro (Figura 5), com as diretrizes de planejamento e a proposta de Projetos de Urbanismo e de Arquitetura da Paisagem. Essa proposta foi o resultado da compilação dos nove planos desenvolvidos pelas nove equipes de projeto.

Figura 5 – Caderno de Propostas do Plano de Bairro



Fonte: Acervo PAEX (2025)

Para o tema Meio Ambiente, foram propostas a limpeza das áreas livres e a instalação de ecopontos para descarte de resíduos sólidos, a recuperação do córrego, atualmente assoreado, e um projeto de arborização. No tema Espaços livres, foram propostos um parque de fundo de vale, um parque na área da ferrovia, um parque em área vazia e a revitalização da pracinha e da quadra. No tema Mobilidade Urbana, foi proposto um projeto de acessibilidade das calçadas e implantação de ciclovia. Quanto aos equipamentos comunitários, foi proposta a implantação de um ponto de cultura, pois o bairro é bem atendido em equipamentos de saúde e educação. Quanto à Habitação, foi proposto um projeto de regularização fundiária[4] para algumas moradias que estão em condições de irregularidade.

No 2º semestre foram desenvolvidos os projetos específicos. Quanto ao projeto de urbanismo, foi desenvolvido pelas mesmas equipes um diagnóstico das calçadas. O bairro foi dividido em nove

[4] Este projeto está sendo desenvolvido em 2026 por três estudantes, sob a orientação de duas das professoras.

partes e cada equipe ficou responsável por uma parte para fazer o levantamento das barreiras arquitetônicas e da dimensão das calçadas, além da análise das condições do piso.

Das quatro propostas de parques para o bairro, resultaram as ideias do Parque Memória dos Trilhos, desenvolvido por duas das equipes; do Parque Córrego da Cascata, desenvolvido por outras duas equipes; do Parque Reviver e do Parque da Quadra, na disciplina Arquitetura da Paisagem.

O Parque Memória dos Trilhos foi concebido para um trecho da linha férrea que separa a área de intervenção do restante da cidade, como possibilidade de transformá-la em um eixo de conexão urbana. Essa ideia surgiu das conversas com os moradores locais, que muitas vezes relataram um sentimento de segregação em relação ao resto da cidade, acentuado pela existência de uma ferrovia em desuso. Por outro lado, a questão da memória da ferrovia também foi resgatada pela equipe ao propor a revitalização dos trilhos e sua permanência no local, em meio aos percursos criados, às áreas de estar e contemplação e à vegetação acrescida.

No Parque Córrego da Cascata, a ideia principal foi recuperar o córrego para a paisagem, trabalhar com composições de vegetação nativa e criar percursos e áreas de estar em meio à vegetação e ao longo do córrego, sem danificar a vegetação existente e proposta. A solução foi criar passarelas compostas por decks de madeira que acompanhariam o percurso do córrego. Esse mesmo material seria empregado em outras áreas do parque de modo a garantir a unidade visual e projetual. O traçado adotado pelas duas equipes foi orgânico, dialogando com os meandros do córrego. Havia também uma ideia de trabalhar com uma área entre as construções que poderia dar acesso ao parque, mas, em conversas com os moradores, estes informaram a necessidade de uma horta comunitária no local, de modo que esta última opção prevaleceu.

Para o desenvolvimento da proposta do Parque Reviver, a equipe considerou as necessidades de áreas de lazer e de convívio das mulheres e crianças do bairro, com quem teve contato nas oficinas realizadas. Assim, criou uma área de recreação infantil, uma academia para a terceira idade, muitas áreas de estar e uma grande arquibancada, onde as crianças da escola mais próxima e os adultos que aguardam atendimento na UBS local possam ficar. O maior desafio desse projeto foi afastar as áreas destinadas ao uso comunitário do solo contaminado, por se tratar de um antigo depósito de lixo. Além disso, propôs o plantio de diversas espécies nativas, transformando e valorizando o lugar.

Por fim, a equipe que trabalhou com a área junto às quadras decidiu, a partir de conversas com os moradores, preservar a quadra existente, uma vez que tinha uso, e criar patamares e mirantes em um trecho do parque com outras atividades de estar, recreação, lazer e esportes para os usuários.

O que se observa, de um modo geral, é que todas as equipes buscaram levar em conta o desejo dos moradores e das moradoras do bairro na elaboração de seus projetos. Nesse sentido, todas as propostas foram participativas. Evidentemente, seria necessário um tempo maior para novas discussões com a comunidade local e ajustes nas propostas a partir dessas discussões para que os trabalhos correspondessem efetivamente aos desígnios da comunidade em questão.

Exposição "Memórias da Vila"

A exposição "Memórias da Vila" foi construída buscando a articulação e a amplificação de narrativas outras que confrontam os discursos estigmatizantes sobre os bairros. O nome da exposição é o mesmo dado pelos moradores ao grupo de WhatsApp utilizado para articular sua participação nas oficinas promovidas pelo PAEX. A exposição foi realizada no salão principal do Museu e Arquivo

Municipal Antônio Sandoval Netto (Figura 6), integrando durante um mês o acervo permanente do Museu, que tem como tema principal a história de Presidente Prudente. Desse modo, as memórias subalternizadas de um bairro periférico da cidade se entrelaçaram à narrativa institucional histórica.

O projeto expográfico foi composto pelo acervo de áudios, pelas fotos históricas do bairro, pelas texturas da ferrovia, pelos desenhos de memórias das crianças, por vasos com ervas medicinais utilizadas pelas mulheres do Centro Social e pelo texto explicativo impresso em painel, recuperando as narrativas ao longo do processo do PAEX.

Figura 6 - Fotos da Exposição "Memórias da Vila"



Fonte: Acervo PAEX (2025)

As fotos históricas foram pregadas em um tecido vertical de algodão cru, ilustrando os principais eventos coletivos, familiares e escolares e a paisagem antiga dos bairros. Os desenhos das crianças foram expostos em painéis de acrílico de 90 cm de altura, respeitando o ângulo de visão infantil, organizados em círculo e acompanhados das fotos das crianças que os produziram. As texturas da ferrovia foram emolduradas de modo que pudessem ser vistas sempre em conjunto. O painel que recupera as histórias mais emblemáticas do bairro foi posicionado ao lado do acervo de áudios, o qual ficou disponível no televisor do museu, acessível por meio de fones de ouvido.

Nesse acervo de áudios, contam-se histórias sobre um bairro invisível para quem está apenas de passagem. Embora a degradação ambiental do bairro seja visível, as narrativas revelam uma relação forte com a natureza. As mulheres, desde pequenas, são ensinadas sobre as propriedades medicinais das ervas, mantendo o conhecimento ancestral por meio da oralidade. Dominam técnicas de preparo de tinturas, de extração de medicamentos naturais em gotas e o uso correto de cada espécie. Alguns espaços dos bairros refletem essas relações, como a horta comunitária e o espaço de terapias do Centro Social. Em conversa com a equipe, uma moradora se emocionou ao contar que a prefeitura cortou uma árvore que ela plantou quando era criança em uma atividade da escola.

A religiosidade também esteve muito presente nas narrativas: em projetos sociais, nas lembranças dos padres que passaram pela comunidade e em eventos. Destaca-se a influência das raízes africanas e nordestinas, principalmente nas memórias sobre a "Missa Afro". Realizada durante muitos anos, essa missa foi relatada como um momento de celebração da ancestralidade, da música e da espiritualidade que fortalecia vínculos e afirmava identidades. Outra memória presente em várias narrativas ficou conhecida como "Buraco do Padre" e tornou-se um ponto de referência do bairro.

Trata-se da história de um padre da paróquia local que dirigia um Fusca e caiu com o carro dentro de uma valeta, próxima à rua. Outro ponto de referência revelado pelas histórias é uma figueira, que hoje não existe mais. Pessoas de diferentes regiões vinham fazer pedidos e cumprir promessas na árvore que, segundo os entrevistados, possuía poderes milagrosos.

Outras histórias misturam fantasia e realidade, ora narradas como lendas, ora como fatos. São exemplos desses casos a “Noiva da Carroça” e a “Menina do Balanço”. A primeira é a história sobre uma noiva abandonada no altar que percorria o bairro vestida de noiva em uma carroça; a segunda é sobre o espírito de uma criança que brinca no balanço da praça.

Essa experiência revelou alguns cuidados que se devem ter em projetos de extensão e algumas questões. Em primeiro lugar, o envolvimento com a comunidade gera uma expectativa de alguma contribuição por parte da universidade em relação à melhoria do lugar. Assim, embora o produto final das disciplinas tenha sido entregue aos moradores locais, estes não têm meios nem recursos para executá-lo. Neste caso, a ampliação do diálogo com o Poder Público poderia favorecer a efetivação de propostas de melhorias do espaço público e comunitário.

Certas atividades e oficinas podem ser pensadas já nesse sentido – de deixar alguma coisa para a comunidade, algum benefício, como o plantio de mudas de árvores junto ao canteiro central de uma avenida, realizado em conjunto por alunos, alunas e moradoras do bairro, ou a exposição “Memórias da Vila”, que contribuiu para a valorização dessa população perante a sociedade e demonstrou a importância dessas histórias de vida para a história da cidade como um todo.

A capacitação da comunidade para a participação em editais que gerem recursos também se mostra um caminho possível, sendo o primeiro passo essa conscientização dos problemas urbanos por meio de oficinas com crianças e adultos, como as realizadas para a disciplina de Planejamento Urbano. Outra questão importante é o fato de que, para ter resultados efetivos, a extensão precisa ser entendida como um processo que se desenvolve ao longo dos anos, que necessita de maturação – é difícil ver resultados em poucos meses; a própria integração com a comunidade requer um tempo maior para gerar confiança, cumplicidade e troca de experiências.

Considerações Finais

O trabalho se propôs a relatar a experiência do Projeto Articulado de Extensão Universitária (PAEX) “Ressignificando seu bairro: planejamento urbano e ação comunitária”, demonstrando os desafios e potenciais da extensão universitária como ferramenta de transformação social e acadêmica. O PAEX proporcionou aos estudantes uma formação pautada na prática, contribuindo para o entendimento do papel do arquiteto e urbanista como agente de transformação da realidade.

A proposta resultou na elaboração de um Plano de Bairro, com diretrizes gerais de planejamento urbano a partir da análise técnica e do diálogo sobre a realidade do bairro, de um caderno de mobilidade urbana, com o diagnóstico de acessibilidade das calçadas, de quatro propostas de parques nas áreas livres e de uma exposição pública chamada “Memória da Vila”.

Além disso, a iniciativa possibilitou uma troca dialógica entre estudantes e moradores, promovendo o aprendizado mútuo. A escuta sensível revelou uma potência para a compreensão de dinâmicas socioterritoriais, impossíveis de serem apreendidas sem o contato pessoal e sem os olhares normatizantes. As narrativas revelaram um bairro com potência política, conhecimento ancestral, laços comunitários, consciência ambiental e reverência ao sagrado.

Essas experiências trouxeram dimensões afetivas e simbólicas para compor o exercício de projeto e inspiraram a equipe a organizar uma exposição pública para se entrelaçar às narrativas institucionais da cidade. Desse modo, a extensão universitária mostra sua potência como comunicação, como propôs Paulo Freire (1983). A História Oral integra o processo participativo não como coleta de dados, mas como processo de aprendizagem e ação política de todos os envolvidos.

É essencial estabelecer parcerias com os moradores do bairro, agentes públicos e lideranças locais, promovendo uma articulação que potencialize os resultados e amplifique os impactos. Um dos maiores desafios dessas experiências está na busca da continuidade das ações, quando o desenvolvimento do projeto é quase sempre associado a uma situação de conflito ou resultante dela.

A continuidade do projeto é um elemento essencial para fortalecer os vínculos entre a universidade e os territórios. O trabalho aponta para a necessidade de aprimoramentos contínuos em todo o processo, para que essas colaborações realizadas por meio do PAEX possam ser garantidas e ampliadas, consolidando a extensão universitária como um espaço de aprendizado mútuo na construção coletiva de soluções para os desafios urbanos e sociais.

Agradecimentos

Agradecemos a colaboração dos moradores dos bairros Jardim Guanabara, Vila Operária, Jardim São Francisco, Vale das Parreiras e Jardim Angélica, dos agentes do Centro Social São Martinho, da direção e alunos da Escola Municipal Domingos Ferreira de Medeiros, da coordenadoria do Museu e Arquivo Histórico Prefeito Sandoval Netto e dos estudantes da turma XXI que participaram do PAEX. O presente trabalho foi realizado com o apoio da direção da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp (FCT/Unesp) e da Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Cultura (PROEC).

Referências

ACSELRAD, Henri. **Cartografia social, terra e território.** Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: Arantes, O.; Vainer, C.; Maricato, E. (org.). **A Cidade do Pensamento Único**. Petrópolis: Vozes, 2000. p.11-73.

BARROS, Sandra A. L. A escala bairro e o conceito de lugar urbano: o caso de Apipucos e Poço da panela no Recife. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, n.15, p. 56-74, 2004. Doi: https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i15p56-74.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Em Tese,** v. 2, n.1 (3), p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: https://gtfhufrgs.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/05/entrevistas.pdf. Acesso em: 10 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 251, p. 2, 26 dez. 2008. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11888-24-dezembro-2008-585074-publicacaooriginal-107996-pl.html. Acesso em: 24 nov. 202

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 151, n. 120-A, edição extra, p. 1-7, 26 jun. 2014. Disponível em: https://fne.mec.gov.br/images/doc/LeiPNE.pdf. Acesso em: 24 nov. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 243, p. 49-50, 19 dez. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 24 nov. 2026.

BRENNER, Neil. **Espaços da urbanização:** o urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.

CAMPOS FILHO, Candido Malta. **Reinvente o seu bairro**: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

CORREA, Roberto L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação.** 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FUNDAÇÃO João Pinheiro. **Inadequação de domicílios no Brasil 2023.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2025.

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê? **Instituto Paulo Freire**, 2017. Disponível em: https://www.paulofreire. Acesso em: 2 fev. 2026.

GUIMARÃES, Raul Borges; MELAZZO, Everaldo Santos. **Atlas da Inclusão/Exclusão Social 2000–2010**. Presidente Prudente: Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas – Unesp, 2012. v.2. Disponível em: https://www.dropbox.com/scl/fi/xl9se1bi87uxrqgyu5sm5/Atlas-Parte-2.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**: Presidente Prudente - SP. Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/presidente-prudente/panorama. Acesso em: 22 set. 2026.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades**: alternativas para a crise urbana. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Brasília: Nações Unidas, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda-2030-pt-br.pdf. Acesso em: 10 set. 2026.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. A ética da escuta: o desafio dos pesquisadores em História Oral. **Testimonios,** Ano 4, n. 4, p.109-119, 2015.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 2008.

SOUSA, Fabiana Rodrigues; LIMA, Lívia Moraes Garcia. História oral e educação popular: reflexões sobre metodologia e práticas de pesquisa pautadas no diálogo e na escuta sensível. **História Oral,** v. 25, n. 2, p. 135-152, jul./dez. 2022.

SPÓSITO, Maria Encarnação B.; GÓES, Eda Maria. **Espaços Fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

UNESP. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo**. Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, 2022. Disponível em: https://www.fct.unesp.br/#!/graduacao/arquitetura-urbanismo/. Acesso em: 9 mar. 2026.

UNESP. Resolução Unesp nº 41, de 31 de agosto de 2021. Dispõe sobre a Curricularização da Extensão Universitária nos Cursos de Graduação da Unesp. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: Poder Executivo, seção I, São Paulo, ano 131, n. 170, p. 58, 1º set. 2021. Disponível em: https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/?ano=2021&base=R&dataDocumento=31/08/2021&numero=41. Acesso em: 24 set. 2026.